

Inclusão na prática: a importância da sala de recursos e do atendimento educacional especializado

Inclusion in practice: the importance of resources room and specialized educational service

Inclusión en la práctica: la importancia de la sala de recursos y el servicio educativo especializado

Recebido: 15/07/2020 | Revisado: 04/08/2020 | Aceito: 05/08/2020 | Publicado: 13/08/2020

Bruna Campos Gomes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5080-7759>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Brasil

E-mail: bruninha.bio@live.com

Dandara Lorrayne do Nascimento

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1169-1575>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Brasil

E-mail: dandaralno@gmail.com

Resumo

O Brasil ainda não é um país referência quando o assunto é educação inclusiva, mas caminha a passos largos para isso e as instituições educacionais, cada vez mais, desenvolvem estudos e ações nesta temática. Como forma de contribuir com este tema, foram realizadas entrevistas com 237 professores, pais e responsáveis por estudantes de diversas localidades e com 20 alunos de uma escola pública localizada na cidade de Itapeverica da Serra, em São Paulo. O principal objetivo deste estudo foi compreender as vantagens da utilização da sala de recursos e do Atendimento Educacional Especializado aliado ao ensino regular para uma aprendizagem eficaz e inclusiva na educação básica. Esta pesquisa, de caráter qualitativo, possibilitou perceber que mesmo grande parte dos professores e responsáveis por alunos sabem o que é um aluno com deficiência, nem todos conhecem ou sabem como deveria funcionar uma Sala de Recursos Multifuncionais e como é feito o Atendimento Educacional Especializado. Isso reflete que discussões sobre este tema são de grande relevância. Concluímos que o objetivo deste estudo foi atingido, pois diante dos resultados obtidos pudemos refletir e compreender sobre a importância da inclusão de alunos com necessidades especiais e como ela é realizada na prática.

Palavras-chave: Atendimento educacional especializado; Educação inclusiva; Histórico da inclusão; Sala de recursos multifuncionais.

Abstract

Brazil is not yet a country of reference when it comes to inclusive education, but it is making great strides towards this and as educational institutions, increasingly, developing studies and actions on this theme. As a way of contributing to this theme, interviews were conducted with 237 teachers, parents and guardians of students from different locations and with 20 students from a public school located in the city of Itapecerica da Serra, in São Paulo. The main objective of this study was to understand the advantages of using the resource room and the Specialized Educational Service combined with regular education for effective and inclusive learning in basic education. This qualitative research makes it possible to perceive the same great part of the teachers and responsible for students who know or who are a student with a disability, not everyone knows or knows how a Multifunctional Resource Room works and how it is done by the Educational Service Skilled. This reflects that discussions on this topic are of great relevance. To conclude that the objective of this study was achieved, as the following results could reflect and understand the importance of including students with special requirements and how it is carried out in practice.

Keywords: Specialized educational service; Inclusive education; Inclusion history; Multifunctional resource room.

Resumen

Brasil aún no es un país de referencia en lo que respecta a la educación inclusiva, pero está dando grandes pasos hacia esto y las instituciones educativas están desarrollando cada vez más estudios y acciones sobre este tema. Como una forma de contribuir a este tema, se realizaron entrevistas con 237 maestros, padres y tutores de estudiantes de diferentes lugares y con 20 estudiantes de una escuela pública ubicada en la ciudad de Itapecerica da Serra, en São Paulo. El objetivo principal de este estudio fue comprender las ventajas de usar la sala de recursos y el Servicio Educativo Especializado combinado con la educación regular para un aprendizaje efectivo e inclusivo en la educación básica. Esta investigación cualitativa permitió darse cuenta de que incluso una gran parte de los maestros y tutores de los estudiantes saben lo que es un estudiante con una discapacidad, no todos saben o saben cómo debería funcionar una Sala de Recursos Multifuncionales y cómo se lleva a cabo la Atención Educativa Especializada. Esto refleja que las discusiones sobre este tema son de gran relevancia.

Llegamos a la conclusión de que se alcanzó el objetivo de este estudio, ya que en vista de los resultados obtenidos pudimos reflexionar y comprender la importancia de incluir a los estudiantes con necesidades especiales y cómo se lleva a cabo en la práctica.

Palabras clave: Servicio educativo especializado; Educación inclusiva; Historia de inclusión; Sala de recursos multifuncional.

1. Introdução

A deficiência, hoje, é um aspecto bastante considerado quando se trata de ensino-aprendizagem, isso devido as diversas nomenclaturas e a variedade de comportamentos dos educandos. Segundo a Lei 13146/2015, é considerada deficiência o “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (*Lei nº 13146, 2015, Art 2º*). É importante salientar que as limitações das pessoas com deficiência intelectual dependem das oportunidades que lhe são oferecidas, pois dentro de suas limitações ele pode, e deve desenvolver competências. Assim, o estímulo por parte de familiares e principalmente dos educadores podem determinar o desenvolvimento (Silva & Silva, 2016).

Segundo Pacheco (2012), destaca-se como uma das medidas empregadas para a nova visão da Educação Especial o Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos, levando-se em consideração que a inclusão educacional significa presença, participação e aquisição de conhecimentos do aluno com necessidade educacional especial e algo contrário a isso seria apenas uma tentativa de interação e fortalecimento da ideia de segregação, onde esses alunos seriam atendidos em instituições separadas e especializadas.

Com a promulgação do Estatuto do Deficiente no ano de 2015, as principais conquistas alcançadas foram a autonomia da pessoa com deficiência para o exercício de atividades da vida civil como as demais pessoas. Também foi garantido um sistema educacional inclusivo para todas as modalidades e níveis de ensino e assegurada a adoção de projeto pedagógico para a institucionalização do Atendimento Educacional Especializado e houve a proibição de cobrança de valores excessivos de prestação de serviços por parte das escolas particulares (Santos, & Cardoso, 2017). Porém sabemos que este serviço não está disponível em todas as escolas e que não basta disponibilizar vagas em instituições regulares é necessário identificar as dificuldades e potencialidades de aprendizagem para elaborar um planejamento pedagógico efetivo que auxilie o desenvolvimento escolar do aluno com

deficiência intelectual. A partir desse pressuposto, será realizado um levantamento de dados em relação a eficácia de ensino das escolas com sala de recursos disponíveis.

Neste sentido, esta pesquisa tem como tema a “Inclusão na prática: a importância da sala de recursos e do atendimento educacional especializado”. Dentro desse tema será trazido um recorte histórico sobre as Salas de Recursos Multifuncionais e a legislação pertinente sobre o assunto. E, também, práticas pedagógicas com a utilização desse recurso para melhorar o ensino-aprendizagem e possibilitar a Educação Inclusiva.

O principal objetivo deste estudo é compreender as vantagens da utilização da sala de recursos e do Atendimento Educacional Especializado aliado ao ensino regular para uma aprendizagem eficaz e inclusiva na educação básica. Além disso, buscamos refletir acerca do conhecimento da população e dos próprios docentes em relação a Sala de Recursos Multifuncionais. Serão apresentadas reflexões acerca das ações pedagógicas dirigidas às pessoas com deficiência intelectual e serão promovidas discussões sobre as tendências, características e os desafios que marcam a oferta de serviços educacionais, mais especificamente a Sala de Recursos, assim como a ação dos educadores. Para isso, foram realizadas entrevistas com 237 professores, pais e responsáveis por estudantes de diversas localidades e com 20 alunos de uma escola pública da cidade de Itapeverica da Serra, em São Paulo.

2. Referencial Teórico

Iniciando os estudos sobre o tema, é necessária uma leitura das legislações e políticas públicas relacionadas a Educação Especial e Inclusiva, além do histórico de estudo e surgimento dessas ações e do movimento da Educação Inclusiva no Brasil.

2.1 Educação Especial Inclusiva

A educação inclusiva tem como objetivo garantir o direito de todos à educação, partindo da igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas abrangendo as diversidades étnicas, sociais, culturais e intelectuais dos seres humanos (Rossi, 2018). Embora hoje tenha se difundido a informação que a educação inclusiva está apenas relacionada a alunos com deficiências. Então, a educação inclusiva acaba com separação e garante, dentro da escola regular, a convivência e a integração social dos alunos, favorecendo a diversidade (Valadares, 2015).

Dentro dessa proposta são também atendidos alunos com necessidades especiais. A educação especial é uma modalidade de ensino que promove o desenvolvimento intelectual e/ou cognitivo de pessoas portadoras de necessidades especiais ou altas habilidades (superdotação). O público-alvo da educação especial, tendo como base a legislação vigente (Lei 13.146/2015), são os alunos com deficiência que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, veem restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade (Lei nº 13146, 2015).

2.2 A Política da Educação Especial Inclusiva

A escola, em seu histórico, é exclusiva, apenas grupos privilegiados conseguem o acesso de fato a uma educação de qualidade, ou seja, é um lugar de inclusão/exclusão, que produz desigualdades. Quando se trata das pessoas com deficiências, esse acesso ainda é mais difícil, embora existam leis e resoluções que protejam e garantam os direitos desses alunos (Plestch, 2011).

Um exemplo dessas leis é o artigo 208 da Constituição Federal de 1988, que descreve a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede regular de ensino em seu inciso III.

Art. 208.: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - “Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Artº 128).

Segundo Santos (2017) dois anos após a Constituição Federal, surge outro instrumento legal que trata da questão educacional, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regido pela Lei 8.069/1990, que ratifica aspectos já trazidos na Constituição Federal de 1988, como o direito ao acesso e permanência na escola e atendimento aos alunos com deficiência, que seja realizado preferencialmente na rede regular de ensino (Lei nº 8069, 1990).

Mas os critérios para esse atendimento são estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), onde é indicado que este atendimento deverá ocorrer em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não fosse possível a sua integração nas turmas regulares de ensino (Lei nº 9394, 1996).

Mais tarde, a Política Nacional da Educação Especial para a Educação Inclusiva prevê na Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, sendo de responsabilidade das escolas se organizarem para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2008).

Em 2015, com o advento do Estatuto da Pessoa com Deficiência, regulamentado pela Lei 13.146/2015, que vem reforçando direitos que já existiam em outras leis, mas não eram cumpridos ou conhecidos tratando sobre a acessibilidade e a inclusão em diferentes aspectos da pessoa com deficiência na sociedade, garantindo os direitos fundamentais da pessoa com deficiência como o direito à saúde, ao transporte e à educação com o acesso à comunicação e à informação e utilização de tecnologias assistivas e promoção a independência e inclusão desses cidadãos com o acesso à justiça e punições relacionadas a atitudes de discriminação (*Lei nº 13146*, 2015).

Em 2019 este acesso fica mais evidente com a implantação da versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que define as aprendizagens essenciais às quais todos os estudantes têm direito, a perspectiva inclusiva deu um grande salto, isso porque, quando dizemos que todos, sem exceção, têm direito à educação, não estamos nos referindo somente ao acesso e sim que qualquer estudante tem o direito de acessar o mesmo currículo, para o pleno exercício da cidadania e a consequente inclusão (*Resolução nº 4*, 2018).

2.3 Sala de Recursos Multifuncionais

As salas de recursos multifuncionais são espaços organizados com equipamentos, mobiliários e materiais pedagógicos para a oferta de um Atendimento Educacional Especializado (AEE) cujo seus objetivos são promover as condições de participação e aprendizagem aos alunos com os diferentes níveis de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (superdotação), matriculados na rede pública, seja ela Municipal ou Estadual de ensino regular (Alves, 2006).

Segundo Valadares (2015), ao falar de currículo complementar significa que a sala de recurso vai oferecer atividades diversificadas que promovam o desenvolvimento da autoconfiança, da autonomia e da iniciativa nos alunos.

Por meio dos recursos financeiros da União para a implantação da sala de recursos, deve ser disponibilizado esse serviço a todos os estudantes da educação especial, por intermédio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de

Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), essa oferta é obrigatória em todas as etapas, níveis e modalidades, ao longo de todo o processo de escolarização, de forma complementar ou suplementar à formação dos estudantes.

De acordo com Alves (2006) o profissional que atua no atendimento educacional especializado é um professor com aperfeiçoamento adequado a este tipo de atendimento e os alunos devem ser atendidos no contraturno do horário da aula e Valadares (2015) diz que para isto, os profissionais atuantes nas salas de recursos devem ter curso de graduação, pós-graduação e ou formação continuada que o habilite a atuar na área da educação especial. Seno (2009) pondera que muitos profissionais educadores não estão preparados para lidar com alunos especiais.

Pela Lei 9.394/96, o Atendimento Educacional Especializado deve fazer parte dos projetos pedagógicos das instituições escolares, reforça o uso de recursos de tecnologia assistiva e garante a oferta de profissionais de apoio escolar (*Lei nº 9394, 1996*). Esses profissionais de apoio escolar, devem auxiliar no processo de ensino aprendizagem dos alunos nas turmas regulares, eles não englobam o corpo profissional do Atendimento Educacional Especializado, que é formado pelas professoras das salas de recursos (Santos, 2017).

2.3.1 A Política da Sala de Recursos Multifuncionais

Para atender as legislações propostas e apoiar a organização do Atendimento Educacional Especializado, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência foram criadas as Salas de Recursos Multifuncionais. Neste sentido, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) disponibilizou através do programa um conjunto de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos cabendo ao sistema de ensino estadual e/ou municipal a disponibilização de espaço físico e a contratação do professor especialista para atuar no AEE (MEC, 2010).

O Governo Federal, em 2004, publica uma cartilha como referência para “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular” que critica o modelo de atendimento descrito na Lei 9394/96, nessa cartilha já aparece a nomenclatura atualmente utilizada (AEE - Atendimento Educacional Especializado), e descreve que essa forma de atendimento tem como premissa “garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência.” (Brasil, 2004, p.11).

A implantação do AEE ocorre por meio da Resolução nº 4 de 02 de outubro de 2009, que institui as diretrizes operacionais para este atendimento na Educação Básica (*Resolução*

nº 4, 2009). No entanto, há municípios que, por já contarem com recursos conseguem por meio de uma distribuição racional desses recursos prover uma sala ou organizar polos de atendimento agrupando uma escola que se responsabilizará pelo atendimento de outras escolas de seu entorno.

O Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024), é um documento que estabeleceu metas a serem alcançadas na educação do Brasil. A educação especial é tratada na Meta 4 e se refere a “Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados” (*Lei nº 13005*, 2014).

2.4 Declaração de Salamanca

A Declaração de Salamanca foi um documento elaborado entre 7 e 10 de junho de 1994 na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha. E teve como premissa o fornecimento de diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social, e escolas deveriam, portanto, prover oportunidades curriculares que sejam apropriadas a crianças com habilidades e interesses diferentes (Menezes, 2001 & Soares, 2016).

É considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, pois é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de educação para todos e promoveu uma discussão da prática de garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem (MEC, 1994).

3. Metodologia

A abordagem para este estudo possui uma abordagem qualitativa. De acordo com Minayo (2011), a pesquisa qualitativa é uma metodologia de caráter exploratório e de caráter subjetivo do objeto analisado. Em outras palavras, busca compreender o comportamento de um grupo e/ou população, estudando as suas particularidades e experiências individuais. Com

essa metodologia não costuma trazer respostas objetivas, ou seja, os resultados obtidos não são números exatos e a coleta dos dados pode ser feita através de questionários, grupos de discussão ou entrevistas informais. “Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (Minayo, 2011, p.16). Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente o método, os instrumentos de operacionalização do conhecimento e a criatividade do pesquisador.

Nogueira-Martins e Bógus (2004) também afirmam que a perspectiva qualitativa busca compreender como ocorrem os fenômenos estudados e quais são as relações estabelecidas entre estes fenômenos. As características básicas deste método são as representações de significações, pontos de vistas, percepções, vivências, experiências de vida que servem de dados a serem analisados. Seguindo esse ponto de vista, a pesquisa foi realizada com o intuito de verificar o conhecimento acerca da Sala de Recursos multifuncionais por parte de professores, profissionais da educação (gestores e agentes de organização escolar/pátio), alunos, ex-alunos e comunidade escolar.

Devido ao isolamento social (problema mundial em decorrência à doença COVID – 19) imposta a partir de 23 de março de 2020, no estado de São Paulo, a coleta de dados para este proposto trabalho foi toda realizada por aplicativos de *internet* e redes sociais. Para a coleta dos dados foram utilizados questionários semiestruturados, entrevistas informais realizadas através do aplicativo *WhatsApp*, questionários estruturados através do aplicativo *Google* Formulários distribuído em redes sociais como o *WhatsApp* (para grupos de professores e gestores de algumas escolas estaduais) e *Facebook* para a comunidade escolar (pais e mães de alunos), anotações e pesquisas informais em escolas estaduais e diretorias de ensino por telefone.

São participantes desta pesquisa profissionais da área da educação, alunos da rede estadual entre os anos de 2018 a 2020 e comunidade escolar como um todo (pais e mães de alunos). Sendo entrevistados cerca de 20 alunos através do aplicativo *WhatsApp* e 237 participações de professores e pais/responsáveis de estudantes através do aplicativo *Google* formulários. O formulário esteve disponível entre os dias 16 a 23 de maio de 2020. Dessa forma, participaram deste estudo 257 indivíduos.

Em relação às entrevistas informais, seguindo a metodologia utilizada por Santos (2017), foram ocultados os dados das escolas e sujeitos foram ocultados para que os resultados almejados não fossem prejudicados com uma possível mudança de atitudes ou respostas aos questionamentos. O objetivo a todo tempo foi uma observação de ações que

mostrassem o que realmente acontece na prática com o menor número de interferências possível.

As informações serão analisadas por dados estatísticos através de gráficos contendo a tabulação dos dados, respostas discursivas elaboradas pelos participantes e, dados etnográficos através das entrevistas informais com ex-alunos da rede estadual de ensino pelo aplicativo *WhatsApp*, com transcrição das entrevistas e relação com as referências bibliográficas coletadas no desenvolvimento dessa pesquisa.

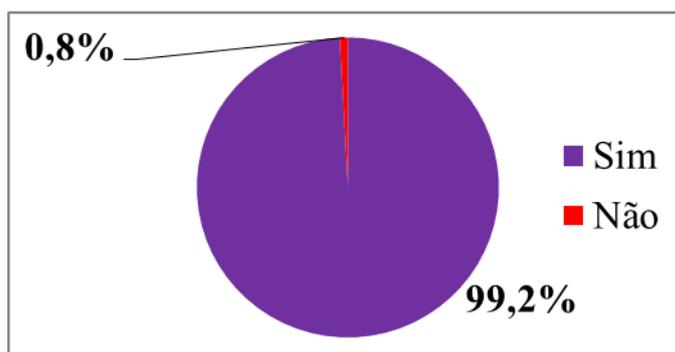
4. Resultados e Discussão

Através de uma pesquisa realizada com o auxílio do *Google* Formulários, a qual fez parte 237 participantes entre professores, pais e responsáveis por estudantes e, mediante entrevistas informais realizadas com 10 alunos de 2º série do Ensino Médio e 10 alunos da 3º série do Ensino Médio, estudantes de uma escola em Itapeverica da Serra, Região Metropolitana de São Paulo, algumas reflexões e observações puderam ser feitas. A seguir, estes resultados serão apresentados.

4.1 Entrevista com professores, pais e responsáveis por estudantes

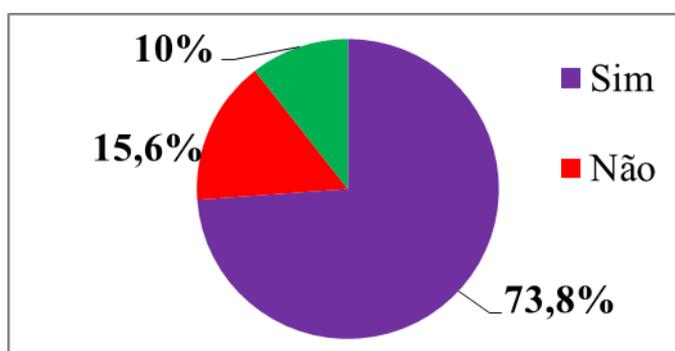
Pôde-se observar que a comunidade escolar, composta por pais/responsáveis e professores, têm boa percepção em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais. Neste sentido, dos 237 participantes do estudo via questionários *online*, 99,2% dos entrevistados responderam saber o que é um aluno com deficiência, porém nem todos ouviram falar em Sala de Recursos Multifuncionais, como mostra os Gráficos 1 e 2.

Gráfico 1. Você sabe o que é um aluno com deficiência?



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 2. Você já ouviu falar em Sala de Recursos Multifuncionais?

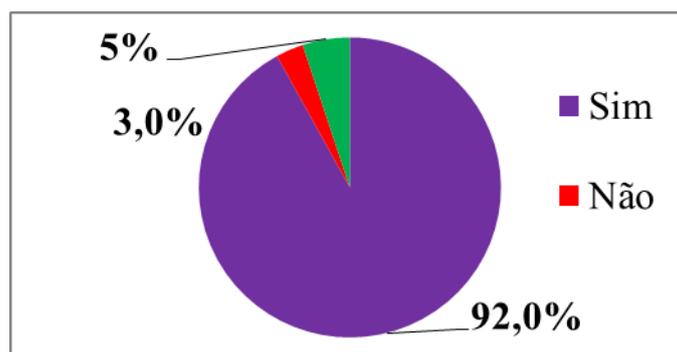


Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se, pelo Gráfico 2 que 15,6% dos entrevistados nunca haviam ouvido falar em Sala de Recursos Multifuncionais. Este número representa 37 entrevistados. Além disso, 10,5% relataram que talvez tivessem ouvido falar neste assunto. Este número representa 25 participantes. Ao analisar as respostas individuais, observou-se que os 2 indivíduos (que representam 0,8%) que responderam “não saber o que é um aluno com deficiência” confirmaram que já ouviram falar em Sala de Recursos Multifuncionais. Este fato leva à conclusão de que os 62 indivíduos, que representam 26,1%, entre professores, pais e responsáveis por estudantes, mesmo sabendo o que é um aluno com deficiência, não conhecem de fato a necessidade de uma Sala de Recursos Multifuncionais. Percebe-se, pelo Gráfico 2, que 73,8% dos participantes já ouviram falar deste tema.

Quando questionados em relação ao Atendimento Educacional Especializado, 92% responderam que já haviam ouvido falar sobre o assunto, 3% relataram não saber e 5,1% responderam talvez saber sobre o tema. A seguir, o Gráfico 3 demonstra esses resultados.

Gráfico 3. Você já ouviu falar em Atendimento Educacional Especializado?

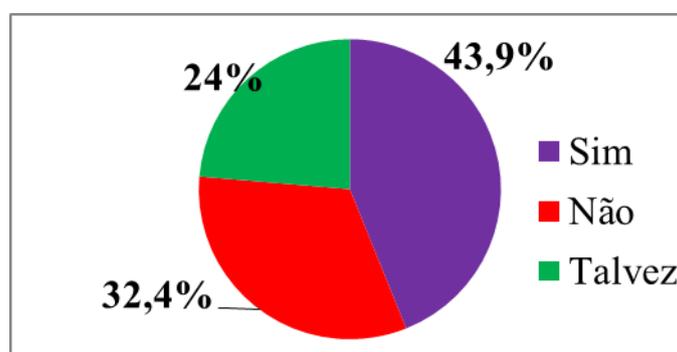


Fonte: Elaboração própria.

Ao comparar os resultados representados no Gráfico 3, com os do Gráfico 2, percebe-se que muitos professores, pais e responsáveis já ouviram falar em Atendimento Educacional Especializado, entretanto nem todos sabem da existência da Sala de Recursos Multifuncionais.

A seguir, o Gráfico 4 representa mais um resultado.

Gráfico 4. Você sabe o que é uma Sala de Recursos Multifuncionais?



Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se, pelo Gráfico 4, que 65% dos 237 participantes sabem, de fato o que é uma Sala de Recursos Multifuncionais. Além disso, 20,3% responderam talvez saber e 14,8% não sabem. Comparando este resultado com o resultado representado no Gráfico 2, percebe-se que nem todos os professores, pais e responsáveis por estudantes que já ouviram falar da Sala de Recursos Multifuncionais sabem, de fato, como ela funciona e quais seus objetivos.

Na questão aberta do questionário proposto, abordados sobre o conhecimento da importância do Atendimento Educacional Especializado na Educação Inclusiva, grande parte dos entrevistados falou sobre o direito à igualdade e integração desses alunos à vida escolar e na sociedade, direcionando a uma aprendizagem inclusiva e proporcionando melhores

resultados educacionais. Relataram também a importância do Professor Especialista como mediador desse desenvolvimento, a fim de proporcionar a esses alunos o direito de aprender e o direito de se expressarem socialmente. Os entrevistados acrescentaram a importância em relação à conscientização dos professores do ensino regular em relação a importância da Sala de Recursos Multifuncionais, a importância das atividades e materiais adaptados à realidade cognitiva de cada aluno.

Ao relatarem discursivamente sobre a importância social da Sala de Recursos, também foi destacado que tanto os alunos regulares quanto os alunos frequentadores da Sala de Recursos aprendem a socialização e a convivência adequada. Isso proporciona o respeito às diferenças e a integridade física, social e intelectual de cada um, pois os estudantes poderão aprender com a convivência, se sentir acolhidos e pertencentes àquele grupo escolar. Essa importância social é estendida ao acolhimento das famílias desses alunos e orientação profissional para um melhor e real desenvolvimento.

Segundo um dos questionamentos feitos por um dos entrevistados:

O número de crianças com algum tipo de deficiência tem crescido a cada ano, então o sistema escolar deve estar capacitado para oferecer os recursos necessários para que estas crianças possam se desenvolver intelectualmente sem serem expostas por algum tipo de exclusão, preconceito ou falta de estrutura. O sistema educacional deve oferecer educação digna e igual para todos (entrevista *GOOGLE FORMULÁRIOS*).

Entretanto, segundo Caridade (2020), o sistema de educação ainda carece de profissionais capacitados para a docência na Educação Especial.

Entre os diversos questionários chamou a atenção, e quem trabalha na comunidade escolar pode confirmar que, cada vez mais alunos desenvolvem problemas cognitivos ou intelectuais, dificultando o seu ensino/aprendizagem. E ainda afirmam que é necessário um profissional especializado, pois estão lidando com vidas diferentes e situações diferentes, já que cada aluno tem sua individualidade. Os entrevistados lembraram-se que os alunos devem ser atendidos no contra turno escolar em horário individualizado, mobiliário e material adequado, como jogos e atividades lúdicas diferentes das atividades do ensino regular.

É necessário também os professores pensarem em estratégias de acessibilidade com tecnologia e materiais mais sofisticados, pensando no desenvolvimento pleno da pessoa com deficiência, pois sem o acompanhamento a chance de fracasso é quase certa e o atendimento adequado pode influenciar positivamente nas vidas das crianças atendidas, gerando a possibilidade de independência e socialização.

Sabe-se também das deficiências da educação regular em relação ao ensino desses alunos, os professores muitas vezes não estão preparados, a formação é deficiente, isso porque o MEC autoriza diversas faculdades a funcionar e nem sempre a formação é adequada.

Ressalta-se que a inclusão ainda é um caminho longo a ser trilhado e as intervenções no processo de ensino e aprendizagem, ainda se fazem necessárias (Teodoro, Godinho & Hachimine, 2016).

4.2 Entrevista com os estudantes

Em uma entrevista informal, através do aplicativo *WhatsApp*, realizada com alunos de uma Escola Estadual em Itapecerica da Serra, Região Metropolitana de São Paulo, eles relataram que na sala deles havia cinco alunos deficientes intelectuais, um deles além de deficiente intelectual tinha limitações auditivas e outro além da deficiência intelectual tinha limitações físicas.

Os estudantes concluíram juntos em uma conversa que, a partir do momento que deram atenção e voz aos alunos com deficiência intelectual eles começaram, mesmo com suas dificuldades a evoluir. Lembraram também sobre as dificuldades, a falta de preparo dos professores e dos demais alunos e a falta de acessibilidade. Citaram a ausência de um especialista em deficiência intelectual, que deveria dar suporte desde os anos iniciais, visto que o aluno deficiente auditivo não era alfabetizado em libras, pois o acompanhamento só foi oferecido nos anos finais de seu ensino.

Os alunos relataram, também, que uma sala voltada à eles traria grandes avanços para a aprendizagem, mas se preocuparam em como seria a socialização dos alunos com eles, já que sempre tentaram ser bastantes unidos como sala. Além disso, na entrevista os estudantes mostraram preocupação com a questão da reprovação dos estudantes especiais, caso não houvesse uma avaliação de acordo com o ritmo deles (depois no meio da conversa uma colega deles explicou que isso é previsto em lei, hoje a menina cursa pedagogia).

Segundo os estudantes entrevistados, nem todas as atividades tinham possibilidade de serem realizadas em sala de aula, muitas das vezes não havia alguém para auxiliar esses estudantes especiais na atividade. Na disciplina de Educação Física os alunos especiais geralmente eram excluídos, ficavam nos jogos de cartas ou tabuleiro e nem iam à quadra. Citaram, em relação a isso, com a sala de recursos seria diferente pois teriam o apoio pedagógico necessário para o ensino aprendizagem e que os alunos do ensino regular com certeza aprenderiam através desse apoio pedagógico.

Outra dificuldade lembrada foi a inclusão de alunos com limitações em uma mesma sala de alunos sem nenhuma limitação sem o devido espaçamento, rampas, apoio ou professores especialistas, negando a esses alunos os direitos básicos, pois com isso o ensino também era defasado.

Os alunos relataram também que os professores, mesmo em seu despreparo, realizavam atividades em grupo tentando incluir esses alunos, mas esses alunos, algumas vezes, por orientação profissional, fizeram as atividades apenas entre eles, não deixando que eles participassem com os grupos do ensino regular e que essa ação acabava segregando o que deveria ser inclusão.

5. Considerações Finais

Neste estudo, pode ser analisado o histórico das regulamentações que garantem os direitos das pessoas com necessidades especiais, em especial, para os estudantes.

Ao realizar entrevistas com 257 indivíduos, entre professores, alunos e responsáveis por estudantes, percebemos que muitos demonstram preocupações sobre a garantia, de fato, do cumprimento das leis a fim de tornar o ambiente escolar acessível a este público alvo.

Pudemos perceber que mesmo grande parte dos professores e responsáveis por alunos saberem o que é um aluno com deficiência, nem todos conhecem ou sabem como deveria funcionar uma Sala de Recursos Multifuncionais. Isso reflete que discussões sobre este tema são de grande relevância.

Além disso, percebemos que nem todos responsáveis por alunos e professores conhecem ou sabem como deveria ocorrer o Atendimento Educacional Especializado, mesmo este atendimento sendo de extrema importância para estudantes com necessidades especiais. Além disso, os estudantes entrevistados relataram que os alunos especiais, colegas de classe, por diversas vezes não possuíam um atendimento adequado.

Aqui mostramos diversos questionamentos e reflexões interessantes, feitos pela comunidade escolar, acerca da inclusão de estudantes com necessidades especiais. Considera-se que o objetivo inicial desta pesquisa foi atingido, visto que foi possível compreender as vantagens da utilização da sala de recursos aliada ao ensino regular para uma aprendizagem eficaz e inclusiva na educação básica.

Referências

Alves, D. O. (2006). *Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial.

Brasil. (2004). *O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular*. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Cardoso, I. C. (2017). *A sala de recursos multifuncionais: Seu processo histórico e seu funcionamento atual*. UNISINOS: São Leopoldo.

Caridade, N. V. D (2020). Inclusão de aluna com surdocegueira em escola pública de Macapá/AP. *Research, Society and Development*, 9(6).

Constituição da República Federativa do Brasil (1988). (1988). Brasília: Senado.

Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília.

Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília.

Lei nº 13.146, de 6 de jul. de 2015. (2015). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. (2014). Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília.

MEC. Ministério da Educação e Cultura. (1994). *Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Martins Fontes: São Paulo.

MEC. Ministério da Educação. (2010). *Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais*.

MEC/SEESP. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. (2008). *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva*.

Menezes, E. T. (2001). *Verbete Declaração de Salamanca*. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix.

Minayo, M. C. (2011). *Pesquisa Social*. (30a ed). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Nogueira-Martins, M. C. F. & Bógus, C. M. (2004). Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. *Saúde e sociedade*, 13(3), 44-57.

Pletsch, M. D. (2011). *Diferentes dimensões do processo de inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais do Município do Rio de Janeiro*. Apud: Pletsch, M. D. e Damasceno, A. Educação Especial e Inclusão Escolar: Reflexões Sobre o Fazer Pedagógico. Rio de Janeiro: EDUR- Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. (2009). Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Ministério da Educação, Brasília.

Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018. (2018). Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017. Diário Oficial da União, Brasília.

Rossi, C. M. S. (2018). *Educação Inclusiva e Especial*. Arcos: IFMG.

Santos, L. C. C. (2017). *A Sala de Recursos Multifuncionais e seu papel na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista*. (Monografia de Graduação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Seno, M. P. (2009). A inclusão do aluno com perda auditiva na rede municipal de ensino da cidade de Marília. *Revista Psicopedagogia*, 26(81).

Silva, J. P., & Silva, P. J. (2016). Discente com autismo na sala de aula regular: o que fazer?. *Research, Society and Development*, 2(2), 122-135.

Soares, M. T. N. (2016). A proposta curricular em ação: caminhos formativos para o (re) pensar da organização pedagógica e a deficiência no espaço escolar. *Research, Society and Development*, 2(2), 107-121.

Teodoro, G. C., Godinho, M. C. S., & Hachimine, A. H. F. (2016). A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental. *Research, Society and Development*, 1(2), 127-143.

Valadares, S. P. S. (2015). *Percepção dos professores sobre o atendimento na Sala de Recurso Multifuncional*. (Monografia de Especialização). Universidade de Brasília, Buritis.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Bruna Campos Gomes – 50%

Dandara Lorryne do Nascimento – 50%